

11/11/2011

Bancada TAE apresenta moção ao Consuni em defesa dos HUs

O SINTUFRJ solicitou à bancada técnico-administrativa no Consuni a apresentação de uma moção de repúdio à forma como a imprensa, nas últimas semanas, retratou os fatos com relação ao IPPMG e ao HUCFF, sem o devido respeito ao papel que estas instituições representam para a sociedade, como verdadeiras referências em ensino, pesquisa e extensão.

O representante técnico-administrativo Nilson Theobald apresentou a proposição. Segundo a justificativa, por duas semanas consecutivas pelo menos hospitais federais, em particular os da UFRJ, estiveram em foco na mídia em condições nada elogiosas. "Os problemas estruturais são mais ressaltados na grande imprensa de que, por exemplo, o fato de que cientistas da UFRJ obtiveram células-tronco de leite materno; ou o pioneirismo do HU no estado em transplantes de fígado. É uma política covarde de depreciação dos serviços públicos, gratuitos e de qualidade mantidos com muita luta e poucos recursos em defesa da gestão privada", dizia o texto.

Embora bem recebida, esta e outras moções que foram apresentadas ao colegiado durante o expediente ficaram pendentes para serem apreciadas na próxima sessão devido à falta de quórum.

EBSERH segue em pauta no Senado

O projeto que autoriza o governo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), o PLC 79/2011, está no plenário do Senado e pode ser votado a qualquer momento. Estava previsto para ser apreciado na sessão do dia 10 mas foi transferido para o dia 16, próxima quarta-feira.

Estudantes fazem ato contra EBSERH

Estudantes dos Centros Acadêmicos do CCS e os recém eleitos para a direção do DCE organizaram um protesto à EBSERH no HU na tarde do dia 10. Eles reivindicam verbas e reformas imediatas no HU, a retirada do entulho e a construção do novo hospital, além da destinação de 10% do PIB para a educação pública e 6% para a saúde.

O grupo, de mais de 200 pessoas, segundo o representante discente Júlio Anselmo, ocupou parcialmente a Linha Vermelha por cerca de uma hora. Depois, os estudantes seguiram em caminhada até o prédio e entregaram à direção do hospital o documento com suas reivindicações.

9/7/2011

Ponto eletrônico nos HUs

A UFRJ diz não a ataque contra autonomia

O governo quer impor controle eletrônico de ponto nos hospitais universitários. Em nossa reação contra essa afronta, já tivemos uma vitória: o Consuni aprovou moção de repúdio à medida. Vamos lutar pela autonomia. Esta semana, nos reuniremos com os companheiros das unidades de saúde para discutirmos os novos encaminhamentos.

Um ofício do MEC encaminhado em maio obriga os hospitais universitários a implantar, a partir de 1º de julho, ponto eletrônico, sob pena de suspensão do pagamento dos adicionais de plantão hospitalar (APHs). O SINTUFRJ considerou este ultimato uma ingerência na nossa autonomia.

No dia 30 de junho, o Conselho Universitário aprovou moção de repúdio à imposição. A iniciativa partiu da conselheira Neuza Luzia, para quem a atitude do MEC foi de ataque à autonomia e de ingerência na administração da universidade e dos HUs. O reitor Aloísio Teixeira concordou: "Está em desacordo com artigo 207, que determina que a universidade tem autonomia e de gestão administrativa. Não deve ser o MEC a dizer como vamos controlar a frequência de nossos trabalhadores".

"De posse deste encaminhamento político, a direção do SINTUFRJ solicitou ao pró-reitor de Pessoal, Roberto Gambine, que providenciasse os desdobramentos administrativos da decisão do Consuni. Ficou acertado que seriam divulgados na página da PR-4 e aos diretores das unidades hospitalares as orientações baseadas na decisão do colegiado", explicou a coordenadora de Políticas Sindicais Gerly Miceli. Na última quinta-feira, a PR-4 reiterou o compromisso.

A jornada de 30 horas

Outro debate remete a uma questão importante: a briga pela implantação da jornada das 30 horas nos HUs. O Decreto nº 4.836/2003 diz o seguinte: "Art. 3º Quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais..." Ou seja: o reitor pode autorizar os servidores nestas condições a adotar a redução de jornada sem redução de salário.

Próximos passos

Segundo Gerly, o SINTUFRJ vai convocar reuniões nos hospitais, com os servidores e direção, para discutir a padronização dos encaminhamentos em relação ao ponto eletrônico para estas unidades, e organizar os companheiros para lutarmos juntos contra o projeto de lei que o governo apresentou da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (veja matéria abaixo). Também será discutida a implantação do que diz o Decreto nº 4.836/2003 com relação à carga horária.

Alerta

A coordenadora Gerly alerta que essas são medidas para preparar os hospitais para a entrada da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: "Por esse motivo, a gente tem que ter em foco a necessidade de proteção dos servidores destas unidades, que estão mais expostos, sob todas as formas, inclusive resolvendo essa questão da carga horária. O SINTUFRJ está organizando estes trabalhadores para estarmos juntos à Reitoria reivindicando a aplicabilidade do decreto pelo reitor".

Encaminhamentos

O SINTUFRJ está levantando essa discussão na comunidade da área de saúde para reivindicarmos que o reitor faça valer a sua autonomia.

A moção

"O Conselho Universitário da UFRJ reunido em 30/6/2011 aprova repúdio ao ofício de 23/6/2011 encaminhado pelo MEC, que dá um ultimato para a implantação do ponto eletrônico nos HUs, por considerar que esta iniciativa fere frontalmente a autonomia universitária garantida no artigo 207 da Constituição."

Governo encaminha PL (ex-MP 520) dos HUs

Depois da derrubada da MP 520, no Senado, que criava a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, para gerir os hospitais universitários e uma porta aberta para a privatização, o governo não sossegou. No dia 5 encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei, em regime de urgência, com conteúdo parecido.

O PL 1749/2011 também autoriza o Poder Executivo a criar a tal empresa, e tem de ser apreciado em 45 dias tanto pela Câmara como pelo Senado.

Logo no primeiro artigo, tal empresa é apresentada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, um dos centros da crítica à MP 520, e ainda por cima com prazo de duração indeterminado.

Num dos tópicos com que defende a medida, o governo argumenta: "Sob o formato de empresa pública, será possível implantar um modelo de gestão administrativa, orçamentária e financeira baseado em resultados e em efetivo controle de gastos, dotada de instrumentos mais eficazes e transparentes de relacionamento entre o hospital e a universidade. O relacionamento entre a EBSERH e cada universidade será objeto de um contrato, que especifique as obrigações das partes e as metas de desempenho esperadas da Empresa Pública, com respectivos indicadores para a avaliação e o controle pela Universidade".

Quando se estabelece metas, neste caso sob a lógica capitalista. As metas a que se refere o PL serão acerca de número de exames, procedimentos, relação pacientes x número de profissionais, gastos?

As metas que defendemos são outras, como o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, a importância dos hospitais para a formação e o papel da Universidade de promover pesquisas que reflitam as demandas da sociedade e não do mercado.

Todos a postos

Como se vê, o governo voltou à carga; e como afirmamos, não podemos baixar a guarda. Temos de nos manter mobilizados contra mais este ataque. Todos às reuniões nas unidades de saúde organizadas pelo SINTUFRJ.

Leia a íntegra do PL em

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=511029>

22/2/2011

A vontade de pôr fim à crise nos HUs favorece projeto duvidoso do governo

O Ministério da Educação reuniu na terça-feira, dia 15, em Brasília, dirigentes dos 46 hospitais universitários federais do país. A reunião denominada Fórum de Diretores discutiu, sem a participação do governo, a Medida Provisória 520 que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. Somente à tarde o ministro Fernando Haddad se juntou ao grupo para saber a conclusão do debate e responder às dúvidas.

Joffre Amim, diretor da Maternidade-Escola da UFRJ e um dos participantes da reunião, no MEC, contou que a maioria se manifestou favorável à MP – "uma luz no fim do túnel" —, porque aponta para o atendimento de reivindicações antigas. Mas, sob condições: "Dissemos

que estamos de acordo com a empresa se for mantida a autonomia da universidade e das direções dos HUs, e se a reposição do quadro de pessoal for financiada com dinheiro novo."

Outra leitura

A conclusão dos participantes do Fórum de Diretores baseou-se, segundo Amim, no entendimento de que a MP aponta para três reivindicações básicas e antigas das direções dos hospitais universitários: condições para imprimir maior agilidade na gestão das unidades, reposição do quadro de pessoal e aporte financeiro. "O ministro Fernando Haddad deixou claro que o dinheiro que virá para os HUs (via a empresa) é da União e para contemplar 100% a clientela do SUS," afirmou o diretor.

"Haddad agradeceu o entendimento que tivemos da MP e informou que tomará todas as providências para que a empresa seja implantada", disse Amim, acrescentando outra informação do ministro: a adesão à empresa será optativa, ou seja, a universidade não é obrigada a contratar os serviços que ela oferecerá.

SINTUFRJ promove mais um debate

Nesta terça-feira, dia 22, às 11h, no auditório Alice Rosa, no 12º andar do prédio do HU, na Cidade Universitária, o Sindicato realizará mais um debate sobre a Medida Provisória 520, que cria uma empresa autônoma para administrar os hospitais universitários federais.

Expectativa é por pessoal

Atualmente, 50% dos profissionais de saúde da Maternidade-Escola da UFRJ são formados por extraquadros. Um total de 235 pessoas, que cumprem a mesma jornada de trabalho dos efetivos, mas o salário é bem menor, não têm direito a 13º salário, FGTS, férias remuneradas e outros direitos trabalhistas, culminando com a grande rotatividade de mão de obra. "O que mais nos aflige (aos diretores dos HUs) é a falta de pessoal. Quando começa a não ter quadro de funcionários, o risco de manter o hospital aberto é muito grande", afirmou Joffre Amim.

Complexo Hospitalar

Na opinião do diretor da Maternidade-Escola, "o Complexo Hospitalar nada tem a ver com interação administrativa, portanto, a empresa não vai atrapalhar a atuação dele. Para Amim, o Complexo Hospitalar é uma realidade na UFRJ, e necessário para a integração acadêmica".

"Essa integração se dá com a utilização dos hospitais universitários para treinamento e formação das unidades acadêmicas da área da saúde e também fora delas, como arquitetura, engenharia, administração, por exemplo, responsáveis por projetar, construir, formar grandes projetos de gestão etc.", idealiza Amim.

"O que é melhor para nós? O que a gente quer? O que nos aflige?" Respostas para essas perguntas devem nortear o debate político sobre a MP 520, defende o diretor da Maternidade-Escola. "A proposta é de uma empresa prestadora de serviços, e com certeza haverá uma flexibilidade de contratos, pois o Brasil é muito heterogêneo e as necessidades dos HUs se diferenciam. Mas todos esperamos tempos melhores", conclui.

Servidores

Acreditar na solução desse problema crônico compartilhado pela maioria dos hospitais universitários federais é o que motiva o diretor da Maternidade-Escola a apostar nas boas intenções da MP 520. Ele avalia que o objetivo do governo ao editar a medida provisória no dia

31 de dezembro de 2010 foi apontar uma saída para acabar com a ilegalidade na contratação de pessoal pelas universidades. "O Tribunal de Contas da União (TCU) estava pressionando, e a MP foi editada na data em que terminava o prazo dado ao MEC para resolver a situação dos extraquadros", disse Amim.

Ele não acha que a empresa afetará os servidores da universidade, que continuarão estatutários, e somente os novos funcionários serão contratados pela CLT. "Seria uma mudança de modelo de gestão, mas já vimos isso antes", lembra o diretor. "Pelo menos por enquanto a empresa é para resolver o problema dos extraquadros, e eles estão ansiosos, e o pessoal do quadro sabe que sem eles os hospitais universitários não funcionam. Mas temos que estar preparados para mudanças. Eu percebo que existe um respeito à nossa autonomia, e sem autonomia não dá", afirma.

Segundo Joffre Amim, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre é um exemplo de eficiência e autonomia, embora tenha adotado o modelo de gestão proposto pela MP 520. "Uma fundação foi criada para administrar o hospital, mas com a universidade dando as diretrizes acadêmicas". Para o diretor, com a empresa proposta pelo governo, o ensino e a pesquisa melhorarão, porque haverá mais estrutura e financiamento.

Já o Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro foi citado por ele como sendo o retrato da decadência por falta de financiamento. Uma unidade de saúde que já foi considerada a melhor da América do Sul.

HUs da UFRJ discutem MP

Já na segunda-feira, dia 21, às 8h, no 4º andar do HU, os diretores das unidades hospitalares e os integrantes do Conselho Deliberativo Provisório do Complexo Hospitalar da UFRJ se reunirão pela primeira vez para discutir a MP 520.

3/3/2011

Empresa criada para gerir HUs continuará terceirização

Movimento sindical, comunidade universitária e sociedade não podem se calar

Com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), instituída pela Medida Provisória nº 520, a situação dos HUs em seu caminho para a terceirização só tende a piorar. Esta empresa – que será uma sociedade anônima de direito privado, comandará os 46 hospitais universitários do país e terá poder sobre a vida de mais de 70 mil trabalhadores – irá prestar serviços por meio de contratos com as instituições, por meio de metas de desempenho, indicadores e prazos de execução. É um novo modelo de gestão privatizante em que as universidades serão laboratórios.

A direção da Fasubra afirma que a situação é grave e necessita de uma forte ação por parte da categoria cobrando do governo Dilma o debate, que ainda não se iniciou, sobre a gestão dos HUs. A MP editada em 31 de dezembro de 2010 com a justificativa de gerir os hospitais permitirá a contratação pelo regime CLT e poderá logo de início realizar contratação temporária, em processo seletivo simplificado, com base em análise curricular, ou seja, sem concurso, isso com base no modelo de fundação estatal de direito privado rejeitado pelos conselhos universitários da maioria das universidades públicas federais do país.

A Fasubra fez uma análise política detalhada e afirma que com a EBSERH retoma-se a figura do emprego público que compõe a parte das medidas de flexibilização do trabalho adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. É a reintrodução da CLT como um regime de trabalho alternativo no serviço público, opção bastante difundida nos anos 70 e 90. "O movimento sindical, a comunidade universitária e a sociedade em geral não podem se calar diante dessa

proposta de empresa estatal. Devemos reagir como fizemos no passado contra a PEC-56 B (Collor) e a PEC-370 (FHC), que propunham a transformação das universidades em organizações não sociais, como também contra o PLP 92 (Fundação Estatal de Direito Privado)", conclama a Fasubra.

Empresa x Universidade

Segundo a Fasubra, o contrato da EBSEH com a Universidade não é tão simples e tem desdobramentos para os quais ainda não se tem definição. A Federação sustenta que a substituição das fundações pela EBSEH não garante a transferência dos trabalhadores para a nova empresa. E mais, que a grande crise das fundações reside em seus débitos junto aos fornecedores e passivos trabalhistas. Assim, as fundações, deixando de gerir os HUs, deixam automaticamente de ter receita. A pergunta que fica é: Quem pagará a conta?

Outro questionamento feito é no campo da academia. Sendo o HU gerido por uma empresa de direito privado, que terá por princípio o cumprimento de metas e, portanto, voltado prioritariamente à prestação de serviços, como fica o ensino e a pesquisa? Em outras palavras, como fica a autonomia da Universidade, de acordo com o artigo 207 da Constituição, em relação à gestão, ao acesso ao HU e principalmente aos seus cursos?

Consequências

- * O cumprimento da função da Universidade e seu papel de fortalecimento do Estado brasileiro na área da educação e da saúde ficarão comprometidos.
- * Os recursos públicos serão disponibilizados para o setor privado.
- * Contratação de celetistas para atender os HUs, continuando assim a terceirização.
- * A empresa poderá contratar a execução de serviços.

A Fasubra argumenta que a solução para a chamada crise dos HUs – resultado da redução gradativa de pessoal que assolou o setor público, e da falta de investimentos necessários para dar conta do ensino, pesquisa, extensão e assistência – está na retomada dos concursos públicos pelo RJU e pelo incremento financeiro no seu orçamento.

A análise apresentada aqui e os questionamentos feitos fazem parte de um documento elaborado pela Federação e encaminhado ao MEC, Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento, Presidência da República e Secretaria Geral, Casa Civil, Andifes, Conselho Nacional de Saúde, Associação Brasileira de Hospitais Universitários, UNE, Andes, Conselho Federal de Medicina e Enfermagem, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, entre outras entidades.

10/1/2011

Adeus, perna-seca

A Cidade Universitária amanheceu diferente no domingo, 19 de dezembro de 2010. Viaturas das Polícias Militar e Civil, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, CET-Rio, Infraero, Guarda Municipal, Cedae, Light, Comlurb, carros da UFRJ ocupavam a principal via do campus, onde também era grande a movimentação de pessoas, a maioria PMs, soldados do Esquadrão Antibomba, engenheiros e trabalhadores da universidade.

Nos fins de semana, famílias inteiras costumam aproveitar o oásis de tranquilidade em que se transforma a imensidão urbanizada para pedalar ou caminhar. Nesse dia, algo de incomum

ocorreria. Todos que estavam lá sabiam disso, mas na hora marcada não houve quem não desse um passo atrás com o coração disparado. Embora 30 minutos antes uma sirene soasse, em intervalos decrescentes, avisando que se aproximava o momento tão esperado. Às 7h em ponto, o estrondo de um tambor poderoso foi ouvido até em Niterói. O campus tremeu e foi encoberto por uma densa nuvem amarela e cinzenta. Em oito segundos a Ala Sul do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho desapareceu do cenário da UFRJ.

Às 7h15, o paredão de poeira se desfez e o vazio da perna-seca estava lá. Os 900 kg de dinamite haviam transformado em 55 mil m³ de entulho, ou 120 mil toneladas, os 13 andares do prédio que nunca serviram a ninguém. A previsão da UFRJ é que demore cerca de um ano para que a área seja limpa de todo aquele concreto e ferragem.

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, informou que nos próximos 90 dias será concluído o processo interno e externo de licitação para contratação de uma empresa que retirará as sobras da estrutura. A ideia é utilizar parte como aterro em áreas de desníveis no Fundão, como no acesso à ponte em construção que ligará o campus à Ilha do Governador.

Emoção e expectativa

O fim da perna-seca mexeu com todos os segmentos. Reitor, pró-reitores, diretores de unidades, decanos, professores, técnicos-administrativos e estudantes se misturavam a populares curiosos no Restaurante Universitário, local permitido para se assistir à explosão. "Uma paisagem de 50 anos que vai deixar de existir. Mas é a universidade andando para a frente, um problema sendo resolvido", afirmou o superintendente de Pessoal, Roberto Gambini. O administrador do Instituto de Biologia, Gercino Teotônio, foi convocado pela decana do CCS, Maria Fernanda, assim como o pessoal da manutenção do Centro. Há 22 anos na UFRJ, ele temia pela integridade física do CCS, onde algumas paredes estão rachadas.

Neilton Gomes Barcelos, 54 anos, veio de Bonsucesso para assistir à implosão. "Eu inaugurei o ponto de táxi no HU há 14 anos atrás, quando a emergência funcionava. Vi esse hospital sendo construído e, no meu primeiro acidente como taxista, fiquei internado aqui". O ex-aluno da universidade e professor da Coppe, Daniel Figueiredo, 36 anos, chamava a atenção por carregar uma enorme bandeira do seu time, o Fluminense. Com seus alunos, acompanhou a implosão no gramado atrás do Restaurante Universitário. "Agora se pode pensar em outro".

Tensão e muito trabalho

A implosão estava sendo preparada há 45 dias pelos técnicos da empresa contratada. E, segundo o engenheiro responsável pela tarefa, Fábio Bruno, tudo ocorreu como o previsto. Treze órgãos foram mobilizados para garantir que os cerca de 8 segundos de explosão não causassem quaisquer transtornos à cidade. Mas a maior responsabilidade coube à UFRJ. O prefeito Hélio de Mattos pôs de prontidão 34 vigilantes, 48 trabalhadores de diversas unidades e dezenas de prestadores de serviço. Eles começaram a trabalhar às 5h. Às 8h o trânsito foi liberado nas Linhas Vermelha e Amarela, a luz e a água do Fundão foram religadas e concluída a vistoria técnica no local e no CCS, IPPMG e HU. Garis da Comlurb garantiram a limpeza das vias, e a vida voltou ao normal no campus.

O HU é o maior ambulatório do Rio de Janeiro. Atende a 25 mil pessoas por mês e oferece 354 leitos atenção à saúde melhor. Um hospital mais amigável, moderno, com mais recursos, significando melhorias para a universidade e para a saúde do Rio de Janeiro", anunciou o reitor Aloísio Teixeira instantes depois de ter "acionado" o detonador ligado à rede elétrica do que chamou de "exemplo de megalomania e de autoritarismo". Os primeiros pilares do então Hospital de Clínicas da Universidade do Brasil surgiram em 1951 e dariam sustentação a uma estrutura de 220 mil m².

A verba para o projeto básico do novo hospital está assegurada por uma emenda parlamentar, segundo Aloísio Teixeira. Ele prevê a conclusão do projeto executivo até o fim de 2011, pelo

fato de os Ministérios da Educação e da Saúde terem se comprometido a repassar o dinheiro. A parte em uso do HU, a Ala Norte, onde é feito o atendimento clínico e ambulatorial dos pacientes, será transformada em salas de aula, laboratórios de pesquisa e gabinetes de professores.

complexo hospitalar que funcione”, disse a dirigente do DCE Dei-se Pimenta, aluna da Escola de Serviço Social. Para ela o espetáculo foi emocionante: “Primeiro o estrondo e, em seguida, a estrutura caindo perfeitamente.”

A professora da Escola de Enfermagem Anna Nery, Antonieta Tirrel, estava agitada. Na UFRJ desde 1974 quando ingresso no mestrado e depois no doutorado, ela contou que foi do grupo de implantação do HU. “Tenho muita saudade daquele grupo. Era uma responsabilidade terrível. Alguns manuais eram em espanhol e a gente tinha que traduzir para adequar os procedimentos à nossa realidade”, contou.

Para internação. Realiza transplantes e tratamentos de alta complexidade. É o único hospital público com essas características no Estado.

Em nota a assessoria de imprensa da UFRJ informou que em função de intercorrências relacionadas ao processo de implosão, a reabertura do hospital não ocorrerá mais no dia 10 de janeiro. Oportunamente será divulgado o cronograma de reativação.

1/7/2008

Dia a dia ainda difícil no Hospital

Apesar dos acenos do MEC, situação do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho não melhora

A situação crítica do Hospital Universitário continua sendo tema nos colegiados superiores. Na sessão do Conselho Universitário do dia 26 de junho, foram aprovadas moções de apoio às iniciativas da Reitoria, decania e direção do hospital diante da crise que a unidade enfrenta. Na sessão do Conselho de Ensino de Graduação, dia 25, conselheiros representantes das áreas de saúde apontaram que haverá dificuldades de algumas disciplinas que dependem de práticas no HU iniciarem o segundo período letivo, devido à redução do número de pacientes.

Segundo alguns conselheiros, a despeito de acenos favoráveis por parte do MEC, no dia-a-dia não houve nenhuma melhora. Há problemas na alimentação e há relatos até de falta de proteínas na dieta dos pacientes e falta de insumos para o ensino de cuidados básicos. “Como há poucos pacientes internos, quase se inviabiliza o ensino de alta complexidade”, relatou outro conselheiro. Uma das alternativas, ainda em estudo, é a possibilidade de utilização de outras unidades de saúde para o treino dos estudantes.

Expectativa - O diretor da Faculdade de Medicina, Antônio Ledo, acredita, conforme tem dito o diretor do HU, que o hospital volte à normalidade aos poucos. Diz que há pacientes no hospital e que não deve haver problemas como o início do próximo período letivo.

Em reunião com o corpo social na sexta-feira, dia 27, Alexandre Cardoso disse que nesta segunda-feira, dia 30, esperava a retomada progressiva das atividades. Algumas cirurgias começam a ser feitas e a direção prometeu a retomada dos atendimentos a pacientes de primeira vez a partir de 1o de julho. Hoje há 200 leitos ocupados. E a perspectiva é de em breve chegar a 275, para alcançar aos poucos a meta de retomar os 500 leitos que o hospital dispõe.

Também na sexta-feira, o diretor participou de reunião com representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde e com o reitor, com o objetivo de discutir estratégia diferenciada de racionalização de recursos da Saúde para os hospitais universitários. Continua a

negociação com o secretário de Estado Sérgio Côrtes, que pode se refletir em novos equipamentos para o hospital. O recurso interministerial do MEC (verba anual dividida entre os HUs para capital e custeio) – reajustado para R\$ 6 milhões – deve chegar dividido: R\$ 2 milhões em julho e os outros R\$ 4 milhões possivelmente em agosto.

23/6/2008

HU recebe apoio do estado para abrir e reativar leitos

Leitos da UTI serão reativados e outros de infectologia e ortopedia serão reabertos

De acordo com o termo de cooperação técnica assinado na quinta-feira, 19 de junho, entre a Secretaria Estadual de Saúde e a UFRJ – representado pelo Hospital Universitário, a Secretaria cederá equipamentos, insumos e exames laboratoriais para o HU, que, pelo convênio, deverá reativar dez leitos de UTI e abrir 30 leitos de infectologia e 12 de ortopedia.

O MEC, que se comprometeu com o custeio de parte do pessoal extra quadro, aliviando as despesas do hospital, e a Secretaria Estadual de Saúde começam a reconhecer que o hospital universitário federal não pode ser visto – e financiado – como uma unidade de assistência apenas. Produz ensino, pesquisa e extensão, e precisa de recursos.

A grande mobilização da comunidade do HU em torno da crise, que se acirrou nos últimos meses, levando ao fechamento de leitos e à suspensão de cirurgias e atendimentos, surtiu efeito. Na cerimônia de assinatura do termo, o diretor Alexandre Pinto Cardoso anunciou a retomada progressiva das atividades, a partir desta semana, à medida que cheguem os insumos.

Na reunião com o corpo social no dia 17, o diretor informou sobre a retomada de procedimentos cirúrgicos: houve oito cirurgias no dia 15 e sete no dia 16. E em julho o hospital volta a receber pacientes de primeira vez.

O diretor apontou mudança de perspectiva por parte da Secretaria: "Um hospital com a característica do nosso deve ser regionalizado", comentou, apontando que a clientela não se restringe ao âmbito do município. "Uma perspectiva inovadora, que abre muitas possibilidades", disse, aproveitando para pedir um tomógrafo computadorizado.

HU ganha tomógrafo

Os leitos da infectologia e ortopedia serão administrados pela Central de Regulação da Secretaria. O HU vai treinar os profissionais da rede estadual em ações de média e alta complexidade em doenças infectoparasitárias. A Secretaria doou ao Hospital dez leitos de terapia intensiva completos, material hospitalar e medicamentos. O HU fará 250 coletas para exames laboratoriais por dia, que serão processados pela Secretaria.

O secretário Sérgio Côrtes relacionou os efeitos do acordo – que representa R\$ 3,2 milhões até o fim do ano. Disse que não é possível enxergar o HU como prestador de serviços do SUS apenas, mas como campo de formação de profissionais de saúde qualificados. Para ele, a forma de financiamento tem que ser reavaliada. Por isso, os Ministérios da Ciência e da Tecnologia, da Saúde e da Educação, e as secretarias estadual e municipal têm que pensar soluções e propõem a formação de um grupo informal dos hospitais universitários do estado.

Segundo Côrtes, a Secretaria recebeu 10 tomógrafos para centros de imagem que vai instalar na Central, Baixada, Zona Oeste e São Gonçalo e vai ceder um deles, que deve estar na UFRJ em 30 a 45 dias.

O reitor Aloísio Teixeira era secretário-geral do Ministério da Previdência e Assistência Social na segunda metade dos anos 80 e participou do processo que resultou na criação do Sistema Único de Saúde. Ele disse que Brasil e Cuba são os únicos países da América Latina que possuem sistema universal de saúde. Os demais têm sistema previdenciário. Os recursos aumentaram nos últimos 20 anos, mas não na proporção necessária para dar conta do aumento exponencial da demanda.

Além da falta de recursos, os hospitais universitários, que integram a rede SUS, sofrem com outro problema: o Ministério da Saúde se exime de responsabilidade porque os considera um hospital de ensino, e o MEC, por sua vez, porque eles prestam assistência médica.

Segundo Teixeira, há, com as medidas anunciadas, perspectivas de saída da crise emergencial. Mas a possibilidade do trabalho com a Secretaria Estadual abre a possibilidade o hospital escapar dos limites da estrutura da gestão.

Ato em defesa dos HUs

Estudantes, sindicalistas e servidores da UFRJ e da Universidade Federal Fluminense (UFF) realizaram um ato no Centro da Cidade em defesa dos hospitais universitários. O grupo saiu da Cinelândia em passeata em direção ao Ministério da Educação, onde entregou uma carta-manifesto ao representante do MEC no Rio de Janeiro, Cícero Fialho. A carta trazia como principais reivindicações: que o MEC assumira as dívidas dos HUs, que assumira a folha de pagamento dos terceirizados e que não permita a desvinculação dos hospitais das universidades.

No caminho os companheiros gritavam palavras de ordem e erguiam faixas em protesto ao sucateamento dos hospitais de ensino e contra as fundações estatais de direito privado. "O governo está apontando o caminho das fundações estatais, que nada mais é do que a privatização dos hospitais, que são públicos, que são nossos", disse a estudante de medicina e representante do DCE da UFRJ, Letícia Hastenreiter.

Um dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores da UFF (Sintuff), Pedro Rosa Cabral, falou em defesa dos hospitais e servidores. "Não vamos deixar que nossos direitos sejam levados pelo governo e por empresários. Somos trabalhadores em educação e nosso hospital vai deixar de servir a este princípio da universidade. Dizemos não ao sucateamento".

O SINTUFRJ informou em nota transmitida pelo companheiro Cabral que não poderia comparecer ao ato devido ao processo eleitoral. O Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro (Sintuperj) também enviou comunicado justificando a ausência. O ato foi encerrado em frente à Assembléia Legislativa.

2/6/2008

Hospital luta pela sobrevivência

Pressão nas ruas para retomada dos serviços, na manifestação de sexta-feira

A tônica dos discursos no ato do dia 30 foi a exigência de que o governo assumira a responsabilidade com o funcionamento pleno de um dos maiores hospitais federais do país.

O HU, referência nacional em procedimentos de alta complexidade reduziu severamente suas atividades em maio em virtude da crise de recursos.

Da reunião com o secretário estadual de Saúde Sérgio Cortes, dia 21, surgiram avanços, como a negociação de recursos para material e exames laboratoriais, novos equipamentos e pagamento de pessoal.

Há também a possibilidade de recursos além do teto do que o HU pode receber de acordo com os serviços que presta.

Tempo

“Isto é uma operação e leva um certo tempo. Já encaminhamos os quantitativos, insumos e equipamentos necessários. Não temos ainda resultado prático porque não seria esperado que de quarta-feira para cá isso pudesse ocorrer”, disse o diretor Alexandre Cardoso.

A direção do HU negocia recursos emergenciais para duas frentes: que o MEC assuma o quantitativo de pessoal terceirizado – que representa cerca de R\$ 1,3 milhão mensais - até que haja concursos e que o ministério ajude a enfrentar a dívida passada com os fornecedores. A dívida, só do HU, chega a R\$ 10 milhões.

O MEC propõe orçamento para despesas correntes no ano que vem, o que seria uma solução de longo prazo que os diretores querem de imediato. “Não tem nada de prático, por enquanto”, comentou Cardoso na semana passada.

A prorrogação da implantação da portaria que determinou novos procedimentos de gestão financeira a partir de 1o de junho (e que espantou os fornecedores, temerosos quanto às dívidas passadas), segundo o diretor, também ajudou: “Por isso é que estamos conseguindo pactuar com os fornecedores. Melhorou a situação”.

Mas daí até a normalização da situação leva um certo tempo, segundo ele, afirmando que não há como prever a retomada das atividades suspensas.

Licitação

O hospital tem que voltar a licitar para voltar a comprar. “A solução não é imediata. Voltamos a pagar, e o fornecedor está sabendo que vai receber. Estou com créditos do mês que vem em aberto para aquisições”, explicou, cauteloso, o diretor: “Tenho que trabalhar com todos os horizontes - o de vir a resposta que estamos querendo e o de, por outro lado, me preparar para enfrentar as necessidades do hospital. Esperamos os recursos para podermos trabalhar em condições plenas”.

Enquanto isso, seguem as restrições no serviço adotadas desde o dia 9: à medida que pacientes têm alta, os leitos são fechados; a capacidade do HU, que é de 470 leitos, está reduzida a 200; cirurgias de alta complexidade deixaram de ser feitas. O hospital realiza entre 30 e 50 cirurgias por dia, média que caiu mais de 50%.

“Durante esse período não houve doadores. Uma coincidência que consola, porque não houve captação e não prejudicamos ninguém”, comentou Cardoso, lamentando a situação e garantindo que a intenção é, assim que se confirmem as condições necessárias, reabrir plenamente.

Portaria para HUs: muitas dúvidas

A matrícula no Siape vai mudar? Se for criada a unidade pagadora, a responsabilidade funcional será de quem? Qual legislação norteará a política de pessoal?

Essas foram algumas das preocupações surgidas pela análise da Direção Nacional da Fasubra levada à base no dia 28, sobre a Portaria nº04 da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC que altera a gestão financeira dos Hospitais.

Para a Federação, os inúmeros questionamentos gerados na análise devem ser levados aos diretores dos hospitais e ao reitor em caráter de urgência. O grupo de trabalho sobre hospitais universitários se reuniria dias 31 de maio e 1o de junho à luz destas informações.

Pessoal fora da universidade

A procuradoria da Andifes (a associação dos dirigentes das Ifes) avaliou que a determinação da portaria criará dificuldades na operacionalização do quadro de pessoal. A criação de UPAG (unidades pagadoras no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape) representará a retirada dos servidores que estão lotados nos hospitais do quadro da universidade, "contudo as despesas do pessoal docente que atua na área acadêmica e nos hospitais demandarão um outro tipo de controle, capaz de evidenciar o seu custo para os hospitais, pois os docentes também atuam na prestação de serviços de saúde SUS", apontou a associação.

Patrimônio de quem?

Outra questão polêmica apontada é sobre a transferência de patrimônio: "terá que haver a criação de um ente jurídico para tal, ou transferir o patrimônio para a União (...) Essa transferência irá causar sérios transtornos internos (...) primeiro porque demandará autorização do conselho máximo de cada universidade. Segundo, no caso dos bens imóveis, demandará autorização legislativa, aliada à necessidade da individualização jurídica do beneficiário (...). Para tanto, tem que ser criada uma autarquia, fundação ou transferir o patrimônio diretamente para a União", diz a análise da Procuradoria da Andifes.

Os contadores da entidade afirmam: "A portaria cria condições objetivas no sentido de preparar as bases para uma posterior separação dos hospitais universitários das Ifes".

Além de subsídios como as análises da Andifes, os integrantes da direção nacional da Fasubra decidiram buscar mais informações do ponto de vista técnico para adotar uma posição a respeito da portaria.

Questionamento

A portaria do MEC define que os créditos orçamentários para outras despesas correntes e de capital (OCC) destinados aos hospitais federais de ensino deverão obrigatoriamente, a partir de 1o de junho, ser empenhados diretamente nas Unidades Gestoras/Executoras dos hospitais no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). A Fasubra levantou várias questões.

Entre elas:

- O HU vai apenas gerir recursos que recebe da gestora responsável ou será uma unidade gestora responsável?
- O HU no Siafi terá conta separada da Universidade. Como é atualmente?

- Segundo a Andifes e MEC, apenas 16 hospitais ainda não são unidades orçamentárias. Parte dos recursos do SUS e de outros convênios em andamento ainda ficarão na conta da fundação?

- Os recursos dos contratos terceirizados, quando houver renovação do contrato, deverão ser incorporados no Siafi?

A lotação dos trabalhadores abrangerá docentes e técnicos-administrativos? A matrícula no Siape vai mudar

ABUSO DE AUTORIDADE

Polícia ataca manifestantes com bomba de gás lacrimogêneo

Ação de milícia fardada pegou de surpresa cerca de 700 pessoas que participavam do ato, entre elas pacientes transplantados

ma passeata pacífica, com a participação de funcionários, estudantes, professores e pacientes do Hospital Universitário, foi covardemente reprimida pela polícia na manhã de sexta-feira, 30. A manifestação foi para cobrar recursos do governo e protestar contra o sucateamento da Saúde. O ato, que teve início na portaria principal do Hospital, foi organizado pelos centros

acadêmicos do CCS, com apoio do SINTUFRJ e da Adufrj. Estudantes da Uni-Rio e Uerj também participaram da manifestação.

Policiais do Batalhão de Choque que se agrupavam com escudos, e cassetetes próximo à agulha que separa as pistas da Linha Vermelha, alguns metros atrás da manifestação, atacaram o grupo com bombas de gás lacrimogêneo. Cerca de 700 pessoas estavam na passeata.

Houve pânico. Pacientes que participavam do ato, alguns transplantados, crianças, usuários no ponto de ônibus, inclusive uma jovem com um bebê no colo - foram afetados pelo gás.

Lágrimas, dificuldade de respirar, olhos e garganta ardendo foram o mínimo. Uma estudante saiu carregada, outra mostrou queimaduras no braço.

O aparato repressivo era formado 15 PMs – que acompanhavam os manifestantes, afastando o trânsito –, além dos 25 policiais do Choque que aguardavam de longe. Havia ainda 12 policiais do Choque Móvel, policiais federais e civis. O ataque dos policiais do Choque foi feito à revelia das negociações para desocupar a pista.

O tenente-coronel Milagres, comandante do Batalhão, informou que só depois de liberar as pistas iria verificar o incidente do gás, pois outro oficial coordenara até então a operação.

Os policiais foram vaiados ao fim da manifestação. Muitos atribuíram o excesso cometido pela polícia ao recrudescimento da política de Segurança Pública por parte do governo do Estado.

Covardia

A coordenadora do SINTUFRJ Ana Maria Ribeiro, no alto-falante, chamava a todos a se aglutinarem para resistir e mostrar à população o ato inaceitável de repressão. "Foi um ato de covardia contra um movimento organizado para chamar a atenção da sociedade", disse o representante da Adufrj Roberto Lima. DSVSVSFVSVSV

Funcionários em grande número

A absorção da dívida acumulada pelo MEC e Ministério da Saúde, compromisso do MEC com o pagamento dos terceirizados, orçamentação por parte do MEC, reajustes dos valores da tabela do SUS eram reivindicações da carta aberta entregue à população.

Os funcionários compareceram em grande número ao ato. Rosimeri Lima, do Serviço de Alimentação, era um deles: "Não tem mais material descartável, toalhas de papel ou guardanapos. O Ministério da Educação tem que olhar com carinho o hospital". A paciente Maria Pereira de Moura, do Grupo de Apoio a Obesos, concorda: "Agora, a espera na fila para as consultas é longa. O Hospital é muito importante para mim".

Além da direção do SINTUFRJ, da Adufrj, de movimentos de Pastoral e grupos de usuários, participaram do ato o vice-presidente do Conselho Regional de Medicina, Renato Graça, e Lúcia Reis, da Executiva Nacional da CUT.

Ana Maria Ribeiro apontou a situação crítica da falta de pessoal no HU, explicando que o Sindicato vem reivindicando a realização de concurso público, o que resolveria o problema central, pois o hospital usa verbas de custeio para pagar terceirizados.

O diretor Alexandre Cardoso explicou que o déficit mensal do hospital é da ordem de R\$ 600 mil.

Incidente Indesejável

A manifestação ocorrida na sexta-feira, organizada pelos estudantes, foi apoiada integralmente pelo SINTUFRJ, que confeccionou faixas, adesivos e cedeu o carro de som. Isso porque esta luta é de todos nós.

O SINTUFRJ, já em 2007, iniciou a luta contra o PL92/2007, que cria as fundações estatais,

inclusive participando ativamente da greve nacional convocada pela nossa federação, Fasubra. O SINTUFRJ tem incansavelmente denunciado a política de abandono de nossos hospitais universitários, defendendo verbas públicas orçamentárias do Ministério da Educação, da Saúde e da Ciência e Tecnologia para os hospitais, assim como a urgente necessidade de vagas para concurso público para os hospitais. Por esta luta, a categoria dos técnicos-administrativos dos HUs (HUCFF e IPPMG) e de outras unidades da UFRJ estavam presentes e participaram ativamente da passeata e da ocupação da Linha Vermelha.

Portanto, foi com surpresa e perplexidade que presenciamos a não permissão ao SINTUFRJ de fazer uso da palavra no ato, em seu próprio carro de som, e expor a posição dos trabalhadores técnico-administrativos.

Apenas entidades estudantis, de representação de médicos – Amerec, Cremerj - e o diretor do hospital puderam expor suas posições. É lamentável o ocorrido, e aqui deixamos registrado. O mais importante é a luta em defesa da Universidade Pública e Gratuita de Qualidade à qual TODOS juntos estaremos à frente.

Diretoria Executiva do SINTUFRJ